

Boletim Ambientação: Estatuto da Terra

Quinta, Novembro 30, 2023 11:36 -03



comunicacao@ipem.mg.gov.br

Prezados colaboradores,
bom dia!

Conforme solicitado pela equipe da **Comissão do Programa Ambientação** no Ipem-MG, confirmam no arquivo abaixo/anexo o informativo desta semana sobre o Estatuto da Terra, criado em 30 de novembro de 1964.



Notícias AmbientAÇÃO Nº. 17

O que é o Estatuto da Terra e qual o seu objetivo?

O Estatuto da Terra é a forma como se encontra disciplinado o uso, ocupação e relações fundiárias no Brasil, de forma legal. Surgiu no país como uma resposta às lutas camponesas perante o regime militar.

Vale lembrar que o Estatuto da Terra foi criado pela Lei 4.505, de 30.11.64, sendo, portanto, obra do regime militar instalado no Brasil, por meio do golpe militar de 31.03.64. A criação desta lei foi uma forma de frear os movimentos camponeses que se multiplicavam durante o governo de João Goulart.

A criação do Estatuto da Terra e a promessa de uma reforma agrária foi a forma utilizada pelos governantes para apaziguar os camponeses e tranquilizar os proprietários de terra.

Apesar de possuir importantes questões para as leis brasileiras, o conteúdo do Estatuto da Terra é pouco conhecido e possui poucos especialistas. Entretanto, seus conceitos abrangem definições de cunho político, que servem para orientar a ação de órgãos governamentais agrícolas e de reforma agrária.

Alguns conceitos contidos no Estatuto da Terra trouxeram grandes repercussões para a vida no campo. Entre eles:

– Reforma agrária: conjunto de medidas que têm como objetivo promover uma melhor distribuição da terra, mediante modificações no regime de sua posse e uso, pretendendo atender aos princípios da justiça social e ao aumento de produtividade.



– Módulo rural: é a menor unidade de terra em que uma família pode se sustentar, ou, de acordo com a lei, de absorver toda a força de trabalho, garantindo que eles tenham direito à subsistência e ao progresso social e econômico e cujas dimensões são determinadas por órgãos oficiais.

– Minifúndio: é uma propriedade de terra cujas dimensões não completam o número mínimo para configurar um módulo rural.

– Latifúndio: propriedades que ultrapassam 600 módulos rurais ou, independentemente deste valor, sejam destinadas a fins não produtivos.

As metas definidas no Estatuto da Terra eram, basicamente, duas: a execução de uma reforma agrária e o desenvolvimento da agricultura.

Três décadas depois, podemos afirmar que a primeira meta não foi fielmente cumprida, enquanto que a segunda recebeu bastante atenção do governo, principalmente no que se trata de desenvolvimento capitalista e empresarial da agricultura.

O estatuto foi elaborado por uma equipe de especialistas de alto nível. Seus integrantes foram selecionados criteriosamente nas melhores universidades e institutos de pesquisa.

A equipe foi confinada num hotel em Brasília e seu trabalho era acompanhado pessoalmente pelo então presidente Castelo Branco. O resultado foi a criação de uma lei bastante avançada para o seu tempo.

acesso em 20.10.2023: <https://etica-ambiental.com.br/estatuto-da-terra-e-seu-objetivo/>